

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-SAM: CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL Ata da 113ª Reunião Ordinária da CT-SAM – 24/06/2025 – 09h00 Reunião por Videoconferência – Google Meet

Membros presentes	
Entidade	Representante
ABES-SP	Roseane Maria Garcia Lopes de Souza (T)
	Ana Lucia Brasil (S)
AEAAV	Milton Rodrigues Borges (T)
ASSEMAE	Rogério Padula Santamaria (T)
	Diego de Oliveira Pinto (S)
BRK Ambiental Limeira	Mariana Simolini Zóia (S)
CATI	Tatiana Marsola Piovezani (T)
	Margareth Isabel Amaral (T)
DAE Americana	Kayque Leone Pereira (S)
	Neuza Maria Tardivel de Lima (S)
	Marcos Eliseu Losekann (T)
Embrapa	Marcos Eliseu Losekann (T)
FT/UNICAMP	Cassiana Maria Reganhan Coneglian (T)
IPSA-C	Maria Aparecida Benedita Bortolazzo (S)
	Maria Cláudia Zorzenon Chignolli (S)
Movimento Resgate o Cambuí	Teresa Cristina Moura Penteado (T)
	Maria Rodrigues Cabral (S)
SAA	Tatiana Marsola Piovezani (T)
SANASA	Rogério Padula Santamaria (T)
	Diego de Oliveira Pinto (S)
SANEBAVI	Mara Letelian Leite Reis (S)
	Mariana Carolina Rossi de Andrade (S)
SEMAE	Ivan Canale (S)

Membros Ausentes	
Entidade	
APTA/SAA	
DAAE – Rio Claro	
DAE Jundiaí	
DAE Santa Bárbara d'Oeste	
P.M. de Limeira	
SABESP	

Demais Presentes	
Entidade	Representante
ABES-SP	Sônia Nogueira
Agência das Bacias PCJ	Camila Souza
	Daphenes Vargas
	Denis Herisson da Silva
	Diego dos Anjos

	Gabriela Salata
	Katia Gotardi
	Rebeca Silva
	Rosa Cardoso
	Vanessa Longato
APTA Regional Piracicaba	Cláudia M. Attanasi
Associação Ambiental Plantar	João José Assumpção de Abreu Demarchi
P.M. de Limeira	Mayra Silva da Cruz Melo
	Ruth Kazumi Takahashi
SAA	Melissa Pin Lucheti
SIMBiOSE Atibaia	Nathalia Kammer

(T) - Titular (S) - Suplente (C) - Convidado

Aos vinte e quatro dias do mês de junho de 2025, por meio de videoconferência na plataforma do *Google Meet*, realizou-se a 113ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saúde Ambiental (CT-SAM) dos Comitês PCJ. **1. Pauta:** A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos membros por meio de mensagem eletrônica, em dezessete de junho de 2025. **2. Abertura da 113ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saúde Ambiental (CT-SAM):** A reunião foi aberta pela Coordenadora da CT-SAM, Sra. Roseane Maria Garcia Lopes de Souza, representante da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES-SP), que agradeceu a presença de todos e informou a existência de quórum para o início dos trabalhos. Em seguida, foi exibido um vídeo elaborado pela Agência das Bacias PCJ, contendo orientações gerais, registro de presença e outras informações para a participação na reunião. A Sra. Roseane fez uma breve introdução sobre os itens de pauta a serem abordados e deu prosseguimento à pauta. **3. Aprovação da minuta de Ata da 112ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saúde Ambiental, realizada em 22/04/25, por videoconferência:** A Sra. Roseane Souza informou que foi feito o envio aos membros, por mensagem eletrônica, junto da convocação, conforme prazo regimental, da minuta de ata da 112ª Reunião Ordinária, realizada em 22/04/25, por videoconferência. Na sequência, questionou a necessidade de leitura, sendo dispensada por todos. Também abriu espaço para manifestações sobre o



CT-SAM: CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL
Ata da 113ª Reunião Ordinária da CT-SAM – 24/06/2025 – 09h00
Reunião por Videoconferência – *Google Meet*

conteúdo. Não havendo manifestações, a Sra. Roseane submeteu aos membros para aprovação a minuta de ata da 112ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saúde Ambiental, sendo aprovada por unanimidade. **4. Andamento da cartilha de segurança da água no meio rural: “Propriedade Amiga da Água” – Denis Herisson da Silva (Secretário-executivo CBH-PCJ e PCJ FEDERAL):** A Sra. Roseane Souza destacou a satisfação em apresentar aos presentes o andamento da cartilha “Propriedade Amiga da Água”, resultado de esforço coletivo iniciado nas Câmaras Técnicas de Saneamento (CT-SAM) e de Desenvolvimento Rural (CT-Rural), com o objetivo de produzir um material técnico e acessível voltado à segurança da água no meio rural. Conforme acordado entre as câmaras, a coordenação final do produto ficou sob responsabilidade da CT-Rural, dado seu foco prioritário nas temáticas do meio rural. A cartilha, elaborada de forma colaborativa, visa sensibilizar os produtores e oferecer conteúdo direto, por meio de linguagem simples e acesso facilitado via *QR Codes*. Na sequência, o Secretário Executivo dos Comitês PCJ, Sr. Denis Herisson, apresentou o material finalizado e agradeceu a colaboração das diversas Câmaras Técnicas, em especial a CT-Rural, CT-SAM, CT-EA, CT-Mananciais e demais membros que contribuíram por meio do GT-Cartilha. Explicou que o uso de *QR Codes* na cartilha visa aproveitar a popularização dos *smartphones* entre os produtores rurais, permitindo o acesso rápido a conteúdos técnicos confiáveis, como os produzidos por instituições como a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ) e EMBRAPA Meio Ambiente. Ressaltou, no entanto, que a simples disponibilização do material não é suficiente. É necessário o envolvimento de órgãos de extensão rural, que têm papel fundamental na sensibilização e orientação direta ao produtor, promovendo a adesão a práticas sustentáveis como a recuperação ambiental e a conservação da água. O Sr. Denis informou ainda que, para garantir a efetividade da implementação da cartilha, a Agência das Bacias PCJ elaborará um Termo de Referência (TR) voltado ao diagnóstico da estrutura de extensão rural nos 76 municípios da área de abrangência

dos Comitês. Esse levantamento permitirá mapear as capacidades locais, identificar deficiências estruturais e propor ações de suporte técnico, inclusive no que tange à manutenção de estradas rurais, tema com grande demanda municipal. A proposta também prevê capacitações específicas para os técnicos municipais, especialmente quanto às boas práticas em infraestrutura rural e à difusão da cartilha como instrumento de educação e gestão ambiental. Quanto a abrangência do Termo de Referência, o Sr. Denis esclareceu que o tema do saneamento rural será contemplado de forma transversal, como um dos eixos da cartilha, mas que o foco principal está no fortalecimento da estrutura de atendimento aos produtores e na atuação articulada das instituições envolvidas. Reiterou que o TR será submetido à apreciação das Câmaras Técnicas envolvidas, de forma a permitir contribuições e sugestões antes de sua formalização. Finalizou destacando que, com a cartilha concluída, os próximos passos envolvem sua disseminação prioritária em municípios com maior estrutura de extensão rural e, paralelamente, o esforço para suprir lacunas nos demais territórios. O Promotor de Justiça do GAEMA-PCJ, Sr. Rodrigo Sanches Garcia, trouxe reflexões importantes sobre a abrangência do Termo de Referência (TR) em elaboração. Relembrou um caso anterior envolvendo a elaboração do plano de macrodrenagem do Rio Capivari, ocasião em que o superintendente do DAEE (atual SP-Águas) posicionou-se no sentido de que o custeio deveria ser realizado com recursos da cobrança pelo uso da água, e não pelo Estado. A partir dessa experiência, o Sr. Rodrigo propôs um raciocínio inverso: questionou até que ponto recursos do PCJ deveriam ser destinados a ações que, em tese, seriam atribuições do Estado de São Paulo, especialmente no que se refere à coleta e organização de dados e à atuação em extensão rural, responsabilidades institucionais da CATI. Destacou a importância de se estabelecer com clareza os limites de atuação e financiamento, para que os recursos dos Comitês não sejam utilizados integralmente em ações que deveriam ser executadas por outros entes públicos. Ainda em sua fala, o Promotor resgatou uma experiência anterior com a FUNASA no município de Holambra, no contexto de um projeto de saneamento rural. Na ocasião,

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-SAM: CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL Ata da 113ª Reunião Ordinária da CT-SAM – 24/06/2025 – 09h00 Reunião por Videoconferência – *Google Meet*

discutiu-se a possibilidade de utilizar um laboratório móvel da FUNASA para avaliação da qualidade da água no meio rural, especialmente em municípios com até 50 mil habitantes. Embora o convênio não tenha sido efetivado à época, considerou que a proposta continua sendo uma alternativa viável e relevante, devendo ser reavaliada no atual contexto, como potencial apoio às ações de segurança da água em áreas rurais. Complementarmente a Sra. Roseane Garcia lembrou que, no âmbito dos projetos-piloto dos Planos de Segurança da Água conduzidos pela CT-SAM, foi viabilizado o uso do laboratório móvel da FUNASA, que permaneceu um mês na região, com passagens por municípios como Santa Bárbara d'Oeste, Piracicaba, Cordeirópolis e Ipeúna. Destacou-se que a operacionalização foi simples, com termos de responsabilidade firmados pelas prefeituras para o uso do equipamento, e apoio das estruturas locais de abastecimento de água para guarda e segurança do veículo. Contudo, ainda permanecem desafios logísticos que precisam ser resolvidos para retomar o uso do laboratório, como a definição dos parâmetros de análise — considerando os reagentes necessários — e a obrigatoriedade de emissão de laudos assinados por profissionais habilitados. A Sra. Ana Lucia (ABES-SP) complementou ressaltando que a manutenção do veículo e a guarda do equipamento são responsabilidades das prefeituras ou da Agência. Por fim, o Sr. Rodrigo Sanches sugeriu que a retomada do uso do laboratório poderia ocorrer de forma coordenada com os municípios que já possuem Planos Municipais de Saneamento Rural em estágio avançado, pois esses já contam com levantamento prévio de áreas e necessidades. Como encaminhamento prático, propôs que a Agência das Bacias PCJ articule diretamente com a FUNASA para atualização das condições de uso do laboratório móvel, identifique os municípios aptos e estabeleça uma rede de cooperação técnica, que envolva também os serviços de água municipais no fornecimento de insumos e profissionais responsáveis pelas análises. **5. Palestra: “10 anos da Política de Mananciais dos Comitês PCJ – Momento de revisão” – João José Assumpção de Abreu Demarchi (Coordenador da CT-Mananciais):** Dando continuidade a pauta, a Sra. Roseane Souza

apresentou o palestrante convidado, Sr. João Demarchi (Coordenador CT-Mananciais), que agradeceu o convite da CT-SAM e deu início a sua apresentação. O Sr. João Demarchi iniciou sua fala agradecendo a oportunidade de dialogar com os membros da CT-SAM sobre a Política de Mananciais dos Comitês PCJ, reforçando que sua exposição teria um caráter mais informal e reflexivo, em formato de bate-papo. Destacou como principal objetivo despertar a importância da integração e do sinergismo entre a Política de Mananciais e os Planos de Segurança da Água, promovidos principalmente pela Câmara Técnica de Saúde Ambiental (CT-SAM), considerando a atuação mais voltada ao meio urbano, enquanto a CT-Mananciais atua no meio rural. Relembrando a trajetória, o Sr. Demarchi relatou que a construção da Política de Mananciais teve início em 2012, ainda no âmbito do GT-PSA (Grupo de Trabalho de Pagamento por Serviços Ambientais), cuja missão inicial era multiplicar os bons resultados do Programa de Extrema/MG nos demais municípios da bacia. Ao longo do tempo, entendeu-se que o pagamento por serviços ambientais era apenas uma das ferramentas dentro de uma estratégia mais ampla de gestão territorial para a proteção hídrica. A crise hídrica de 2013–2014, segundo ele, foi uma mola propulsora que conferiu maior visibilidade ao tema, expandindo o olhar do Comitê para além da captação, até então concentrado em soluções urbanas e infraestrutura cinza. A partir daquele momento, temas como conservação de solos, restauração florestal, manejo de estradas e saneamento rural ganharam maior relevância e espaço no planejamento das ações e aplicação dos recursos da cobrança pelo uso da água. Destacou ainda que a Política de Mananciais nasceu no seio da Câmara Técnica de Recursos Naturais (CT-RN) e da CT-Rural, com forte base técnico-voluntária e espírito colaborativo. Com o tempo, ela se consolidou como uma política pública regional, aprovada nas instâncias superiores dos Comitês, com programas, diretrizes e estrutura normativa. A política tem como pilares a integração e a educação. Um dos principais avanços da última década foi a quebra da lógica compartimentada entre as câmaras técnicas, permitindo que a Política dialogasse com diversas frentes: Inovação (CT-ID), Águas Subterrâneas (CT-

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-SAM: CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL Ata da 113ª Reunião Ordinária da CT-SAM – 24/06/2025 – 09h00 Reunião por Videoconferência – *Google Meet*

AS), Outorgas e Licenças (CT-OL), Saneamento e Macrodrenagem (CT-SA), Monitoramento e Sensores (CT-MH), Educação Ambiental (CT-EA), entre outras. Isso levou ao amadurecimento de uma visão mais transdisciplinar sobre os mananciais e o território. Detalhou em seguida a metodologia de implementação da política. O primeiro passo envolve a identificação, por parte do município, de uma microbacia de abastecimento prioritária, estimulando ações de preservação e manejo sustentável. Em seguida, é promovida a formação de estruturas locais de governança, como a UGP (Unidade Gestora de Projeto) e a UCE (Unidade de Coordenação Executiva), que articulam atores como produtores rurais, ONGs, prefeituras, conselhos municipais e órgãos de extensão. O Sr. Demarchi destacou que essa abordagem busca promover a apropriação da política pelos municípios e que o apoio da legislação municipal é essencial para garantir segurança jurídica, especialmente diante da crescente pressão da especulação imobiliária sobre as áreas periurbanas. Nos programas subsequentes da política, a atuação evoluiu do foco micro para o planejamento em nível de sub-bacias. Nesse ponto, o desafio passa a ser conectar a lógica local à lógica regional do Plano das Bacias PCJ. Foi mencionada a experiência recente com os Planos Municipais da Mata Atlântica e do Cerrado como instrumentos integradores. No entanto, Demarchi apontou que muitos municípios ainda não consideram o Plano de Bacias em seus instrumentos de planejamento (como Planos Diretores e de Saneamento), o que cria uma barreira para a efetivação das ações previstas. Ele alertou para o risco de “redomas municipais”, que ignoram a lógica hidrográfica e impedem que a política de “chover” sobre certos territórios. Entre os desafios enfrentados ao longo da década, foram mencionados a pressão imobiliária, a baixa capacidade técnica dos pequenos municípios e a dificuldade de comunicação tanto interna quanto externa no âmbito do Comitê. A política, segundo Demarchi, exige estratégias de mobilização diferenciadas junto aos produtores, valorizando as organizações locais e criando vínculos duradouros com o território. Também foi destacada a importância crescente da participação das concessionárias de saneamento no processo. Embora historicamente tenham se concentrado no ponto de

captação, hoje há casos como o de Campinas, que já investe na proteção de mananciais situados em outros municípios. Para o Sr. Demarchi, é preciso que o princípio do consumidor pagador e produtor recebedor seja mais bem compreendido e praticado, reconhecendo que a qualidade da água no ponto de captação depende diretamente das condições do território a montante. Por fim, o Sr. João Demarchi elencou temas que a Política de Mananciais passou a incorporar: transporte de cargas perigosas, manejo de solos e florestas, restauração ecológica, resiliência a eventos climáticos extremos, micro monitoramento de bacias, uso de sensores inteligentes, planos de macrodrenagem, e a construção de novos reservatórios. Reforçou a necessidade de olhar para as áreas de contribuição hídrica e de proteger os solos como filtros naturais essenciais. Alertou para a redução da disponibilidade hídrica na região – já próxima de 900 m³/hab/ano – e para o desafio urgente de garantir quantidade e qualidade de água para abastecimento. Por fim, reiterou a importância de integrar as políticas de segurança hídrica, rural e urbana, promovendo um planejamento territorial baseado em paisagens únicas e interdependentes. Em complemento, a Sra. Roseane destacou a importância da integração entre as Câmaras Técnicas, principalmente na abordagem conjunta das políticas de revisão da Política de Mananciais e do Plano de Segurança da Água (PSA). Enfatizou que é necessário romper o paradigma que separa a gestão do sistema de abastecimento da proteção dos mananciais, defendendo que a segurança da água começa na preservação da fonte. Ressaltou que mananciais protegidos demandam tratamentos menos complexos e mais econômicos, evitando altos custos com tecnologias sofisticadas. Ela também pontuou que o PSA não pode ser visto de forma isolada e defendeu sua integração ao Plano Municipal de Saneamento Básico, incluindo o saneamento rural. O Ministério Público, por meio do GAEMA, tem atuado nesse sentido, reforçando que o PSA deve ser avaliado com o apoio das agências reguladoras, conforme as legislações vigentes. Outro destaque foi a preocupação com a qualidade da água bruta dos mananciais, inclusive para dessedentação animal, tema que motivou a criação de um grupo de trabalho. Esse grupo está elaborando um documento técnico comparando legislações como a



CT-SAM: CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL
Ata da 113ª Reunião Ordinária da CT-SAM – 24/06/2025 – 09h00
Reunião por Videoconferência – *Google Meet*

Portaria GM/MS nº 888/2021, a Resolução CONAMA nº 396/2008 (águas subterrâneas) e nº 357/2005 (classificação de corpos hídricos). O levantamento revelou divergências nos parâmetros e valores de referência, o que pode gerar conflitos na aplicação da legislação pelos sistemas de abastecimento. Nesse sentido, o Sr. Rodrigo Sanches refletiu sobre a melhor forma de incorporar o saneamento rural nesses planos, questionando se seria mais apropriado integrá-lo totalmente ao plano principal ou tratá-lo como um caderno temático à parte, nos moldes do que foi feito com o Plano das Bacias PCJ, que possui cadernos específicos como o de recomposição florestal. Defendeu a abordagem por cadernos, considerando a especificidade das áreas rurais. Com a nova legislação, os planos de saneamento agora devem contemplar o meio rural e integrar-se aos processos de regionalização dos serviços. Atualmente, o estado de São Paulo possui quatro blocos de regionalização previstos, mas apenas um está efetivamente estruturado — o bloco 1, gerido pela Sabesp. Os demais ainda estão sendo reavaliados, inclusive quanto à possibilidade de subdivisões internas. Segundo Rodrigo, o Termo de Referência desenvolvido no âmbito dos Comitês PCJ para o saneamento rural é mais detalhado e abrangente que os estudos promovidos pelo Estado, sendo, portanto, mais adequado para subsidiar um planejamento consistente e regionalizado. Ele reforçou a necessidade de continuidade na elaboração de planos municipais de saneamento rural, mesmo diante do processo de regionalização. Destacou que a ausência de dados específicos tem dificultado o detalhamento do componente rural nos planos regionais, como no caso do bloco da Sabesp, que abrange mais de 300 municípios sem informações suficientes. Por fim, reforçou que o modelo legal impõe a inclusão do meio rural no planejamento regional, mas que não há impedimentos para que os municípios desenvolvam seus próprios planos, o que, segundo ele, deve continuar sendo incentivado no âmbito dos Comitês PCJ. O Sr. João Demarchi encerrou a discussão destacando a importância de planejar o saneamento rural e a proteção ambiental com base na lógica das sub-bacias hidrográficas, defendendo uma abordagem integrada entre municípios. Ressaltou que ações como proteção de

APPs e manejo de resíduos devem ser articuladas regionalmente, pois não fazem sentido quando tratadas de forma isolada por cada município. A Sra. Roseane reforçou o apoio da Câmara Técnica de Saúde Ambiental (CT-SAM) à revisão da Política de Mananciais e informou que o grupo de trabalho está finalizando um documento com comparações entre legislações, que será enviado aos envolvidos como subsídio técnico para futuras revisões normativas. **6. Repasses sobre o Guia de Plano de Segurança da Água (PSA) para Agência Reguladora:** Dando seguimento à pauta, a Sra. Roseane Souza apresentou os principais repasses referentes ao *Guia de Plano de Segurança da Água (PSA) para Agências Reguladoras*, lançado durante o Fórum Internacional de Segurança da Água (FISA), realizado no auditório do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA-SP). O evento promovido pela Associação Brasileira de Saneamento (ABRASAN) contou com a participação de especialistas nacionais e internacionais e reforçou a importância da segurança da água como tema central para o setor de saneamento. Na ocasião, destacou-se que o guia foi elaborado com coordenação do professor Vieira, consultor internacional envolvido na estruturação de planos de segurança da água em diversos países, como Portugal e, atualmente, no Uruguai. O documento visa orientar as agências reguladoras no acompanhamento e validação dos PSAs elaborados pelos prestadores de serviços de abastecimento de água, promovendo uma avaliação técnica mais estruturada e em consonância com as diretrizes da Organização Mundial de Saúde (OMS), da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e do próprio Guia prático para o desenvolvimento de Planos Municipais de Segurança da Água (PCJ). O guia propõe etapas como a verificação da eficácia dos planos, procedimentos de contingência, programas de suporte, planejamento e revisão periódica, e inclui também um checklist para apoiar esse processo. A publicação foi promovida pela ABRASAN e se mostra relevante ao incorporar o olhar regulador nos processos de segurança da água, estando disponível para acesso pelo [link](#). **7. Composição da comissão organizadora para o VIII Seminário de Saúde Ambiental:** Dando continuidade, a coordenadora-adjunta da CT-SAM, Sra. Cassiana



CT-SAM: CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL
Ata da 113ª Reunião Ordinária da CT-SAM – 24/06/2025 – 09h00
Reunião por Videoconferência – *Google Meet*

Maria Reganhan Coneglian, representante da Faculdade de Tecnologia da Universidade Estadual de Campinas (FT-UNICAMP) lembrou os membros sobre o evento anual da CT-SAM, o Seminário de Saúde Ambiental, que este ano está em sua oitava edição e informou que está previsto para ocorrer em outubro/2025, durante a 116ª Reunião Ordinária da CT-SAM, presencialmente com local a definir. Explicou que neste item de pauta não seria discutido o conteúdo do evento e sim, aberto espaço aos que tivessem interesse em participar da Comissão Organizadora do evento. Foi aberto um período para manifestação dos membros e após manifestações a composição da comissão ficou da seguinte forma: Roseane Souza (ABES-SP), Cassiana Coneglian (FT-UNICAMP) e Ana Lucia Brasil (ABES-SP). A participação na comissão continuará aberta, para a adesão de mais interessados, bastando procurar a coordenação da CT-SAM. **8. Proposta de ação com os municípios das Bacias PCJ para implementação do PMSA:** Dando continuidade à pauta, a Sra. Cassiana Coneglian informou que a CT-SAM vem trabalhando com o envio de questionários aos municípios das Bacias PCJ, com o objetivo de obter um panorama sobre a implementação dos Planos de Segurança da Água (PSA). Em 2024, o formulário continha sete questões e, após contribuições do GT-PSA, especialmente do Sr. Rogério Santamaria (ASSEMAE e SANASA), foi reformulado e aprovado ao final do ano. Seguindo sugestão anterior, o envio foi realizado apenas após a transição de gestão municipal. Apesar disso, o questionário de 2025 recebeu respostas de apenas oito municípios: Rafar/SP, Jundiaí/SP, Corumbataí/SP, Cosmópolis/SP, Amparo/SP, Pedreira/SP, Itu/SP e Campinas/SP. Esse baixo retorno causou preocupação, pois a meta da câmara técnica é acompanhar e apoiar os municípios na elaboração de seus PSAs. A Sra. Roseane sugeriu uma ação articulada com os Grupos de Atuação Especial de Defesa de Meio Ambiente do Ministério Público do Estado de São Paulo (GAEMAs) de Piracicaba e Campinas, que já têm informações sobre a situação dos planos nos municípios de sua abrangência. Assim, solicitou ao promotor Dr. Rodrigo Sanches, do GAEMA Campinas apoio no levantamento e cruzamento de dados, com o objetivo de identificar quais municípios já

possuem planos elaborados, em elaboração ou em fase de contratação. A proposta inclui ainda fomentar a cooperação entre municípios mais avançados e aqueles em estágios iniciais, promovendo uma rede de apoio técnico. Nesse sentido, o Sr. Rodrigo informou que o GAEMA não possui as informações tabuladas, mas que poderia providenciar o levantamento, desde que a CT-SAM encaminhe formalmente o questionário utilizado e a lista dos municípios que responderam. Também mencionou que esse trabalho poderia ser facilitado com a utilização de um formulário digital (como Google Forms), de modo a sistematizar as informações. Por fim, se comprometeu a iniciar o levantamento preliminar nos 23 (vinte e três) municípios sob sua jurisdição, enquanto aguarda o envio formal do material por parte da CT-SAM. A Sra. Cassiana concordou com a proposta e reforçou que, com base nesse levantamento, será possível planejar novas estratégias de abordagem direta aos municípios, conforme suas realidades. O Sr. Milton Borges representante da Associação de Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Valinhos (AEAAV), complementou informando que encaminhou pessoalmente o questionário ao vice-prefeito de Valinhos, e que reforçaria a importância do preenchimento em reunião presencial agendada para os próximos dias. **9. Informes:** A seguir, a Sra. Roseane iniciou os informes: **9.1. da Coordenação:** A Sra. Roseane informou que foi apresentado no Congresso da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES) um trabalho oral de autoria da coordenação da CT-SAM em conjunto com representantes dos Comitês PCJ tratando da atuação das agências reguladoras na avaliação dos PSAs, e que será avaliada a possibilidade de divulgar o link para acesso ao material. Complementarmente, compartilhou que durante o mesmo evento, no painel de saneamento rural, foi entregue uma carta de recomendações à ABES Nacional solicitando, entre outros pontos, a revisão da Portaria GM/MS nº 888, de forma a torná-la mais exequível no contexto do saneamento rural, destacando que o documento enviado pelos Comitês PCJ foi citado como referência nesse processo; **9.2. dos Membros:** A Sra. Roseane questionou aos membros sobre informes e não havendo manifestações, deu continuidade para os

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-SAM: CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL Ata da 113ª Reunião Ordinária da CT-SAM – 24/06/2025 – 09h00 Reunião por Videoconferência – *Google Meet*

informes da Secretaria Executiva; **9.3. da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ:** A Sra. Rebeca Silva, da equipe de apoio da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ (SE/PCJ), deu início aos informes da SE/PCJ, sendo: **a) Capacitação dos membros dos Comitês PCJ:** Destacou a demanda de incentivar os membros das Câmaras Técnicas a capacitarem-se, visando o aperfeiçoamento das discussões dos Comitês PCJ e em atendimento às metas do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (PROCOMITÊS), da [Deliberação CRH nº 248, de 18/02/21](#), que aprovou a metodologia de distribuição dos recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) e do Planejamento Estratégico dos Comitês PCJ. A principal orientação é que sejam cursos na temática de meio ambiente e recursos hídricos, com realização a partir do ano de 2025. Foram citados como exemplo os cursos do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (Capacita-SigRH), também sendo aceitos certificados de cursos de especialização, fomentados ou não pelos Comitês PCJ ou outros cursos de capacitação técnica. Destacou ainda, o [portal](#) de Capacitação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que tem seu catálogo de cursos incorporado a plataforma da Escola Virtual de Governo (EV.G). Complementarmente, orientou que os certificados de cursos devem ser enviados para o *e-mail* da Secretaria Executiva; **b) Renovação das CTs – Mandato 2025-2027:** informou que o processo de renovação das Câmaras Técnicas (CTs) dos Comitês PCJ que ocorre a cada dois anos vai acontecer entre os meses de maio a julho de 2025, conforme a programação: i. abertura do processo, em 22/05/2025, com envio do ofício circular dos Comitês PCJ com as instruções gerais; ii. indicação das entidades para ingresso nas CTs ou alteração dos representantes já indicados, até 24/06/2025; iii. reunião virtual com todas as CTs em 16 de julho de 2025 onde ocorrerão a posse dos representantes indicados, dentre outras instruções pelo Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, Denis Herisson. Em seguida, ainda em julho/2025, em horários específicos (a serem divulgados pela SE-PCJ), ocorrerão as reuniões ordinárias das 11 (onze) CTs temáticas tendo como

pautas eleição/recondução da coordenação, recomposição dos Grupos de Trabalho (GTs) e da coordenação dos GTs e atualização do calendário de reuniões para o próximo mandato. Aos representantes que participam em mais de uma CT, caso ocorra a incidência de horários, a orientação é que o representante opte pela reunião que desejar, pois a Secretaria Executiva fará o devido mapeamento dos presentes, compatibilizando as presenças para as demais CTs. Mais informações estão disponíveis no [site](#) dos Comitês PCJ; **c) Próxima reunião da CT-SAM:** Por fim, informou que a próxima Reunião Ordinária da CT-SAM, tem como pauta a renovação para o mandato 2025-2027, a reunião geral conjunta ocorre com transmissão ao vivo no canal da Agência das Bacias PCJ no [YouTube](#), no dia 16 de julho de 2025 a partir das 9h00. Seguida da reunião de posse individual da CT-SAM que ocorre na plataforma do *Google Meet* as 10:30 do mesmo dia, conforme disposto na convocação. A Sra. Rebeca Silva, agradeceu e retornou a palavra à coordenação. **10. Outros assuntos:** O Sr. Ivan Canale, representante do SEMAE Piracicaba, manifestou preocupação quanto à interpretação da [Resolução SS nº 195/2024](#) da Secretaria Estadual de Saúde, que trata da obrigatoriedade de acreditação para laboratórios licenciados pela vigilância sanitária. Ele relatou dúvidas sobre a aplicabilidade da norma aos laboratórios vinculados aos sistemas de abastecimento de água dos prestadores de serviço, como é o caso das estações de tratamento de água (ETAs). Segundo Ivan, embora reconheça os benefícios da acreditação e da adoção de sistemas de gestão da qualidade, considera que o momento não seria oportuno para exigir investimentos adicionais, dada a escassez de recursos nos municípios e o atual foco na elaboração dos Planos de Segurança da Água (PSA). A Sra. Roseane explicou que, em consultas anteriores a especialistas da área, foi indicado informalmente que a resolução não se aplicaria aos laboratórios internos dos sistemas de abastecimento, mas apenas àqueles que prestam serviços a terceiros. No entanto, destacou que essa informação ainda é oficiosa e carece de respaldo formal. Diante disso, propôs que o Grupo de Trabalho de Laboratórios (GT-Laboratório) da CT-SAM seja mobilizado para redigir uma comunicação oficial solicitando

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-SAM: CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL
Ata da 113ª Reunião Ordinária da CT-SAM – 24/06/2025 – 09h00
Reunião por Videoconferência – *Google Meet*

esclarecimento formal à Secretaria de Estado da Saúde, visando assegurar uma interpretação unificada e documentada da norma. A proposta foi acolhida pelos presentes. **11. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, as coordenadoras da Câmara Técnica de Saúde Ambiental (CT-SAM) dos Comitês PCJ, Sras. Roseane Maria Garcia Lopes de Souza e Cassiana Maria Reganhan Coneglian agradeceram a presença de todos, e deram por encerrada a reunião.

Roseane Maria Garcia Lopes de Souza
Coordenadora da CT-SAM

Cassiana Maria Reganhan Coneglian
Coordenadora-adjunta da CT-SAM